



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Requer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins, o desarquivamento do Projeto de Lei da Casa nº 741/2022 “Dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins.”, nos termos do Parágrafo Único do artigo nº 107 do Regimento interno desta Casa de Leis.

O Deputado que o presente subscreve, vem, nos termos regimentais desta Augusta Casa de Leis, após anuência do Plenário, requerer a Vossa Excelência o desarquivamento do Projeto de Lei da Casa nº 741/2022 “Dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins.” nos termos do Parágrafo Único do artigo nº 107 do Regimento interno desta Casa de Leis.

Diante disso, requero apoio aos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 2023.

PROFESSOR JÚNIOR GEO
DEPUTADO ESTADUAL



PROJETO DE LEI Nº __, de outubro de 2022.

Dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art 1º Esta Lei estabelece o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins.

Art 2º Fica assegurado à mãe o direito de amamentar seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de provas ou de etapas avaliativas em concursos públicos, mediante prévia solicitação à instituição organizadora.

§ 1º Terá o direito previsto no caput deste artigo a mãe cujo filho tiver até 06 (seis) meses de idade no dia da realização da prova ou de etapa avaliativa de concurso público.

§ 2º A prova da idade será feita mediante declaração no ato de inscrição para o concurso e apresentação da respectiva certidão de nascimento durante sua realização.

Art 3º Deferida a solicitação de que trata o art. 2º desta Lei, a mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliativa, indicar uma pessoa acompanhante que será a responsável pela guarda da criança durante o período necessário.



Parágrafo único. A pessoa acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas.

Art 4º A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 02 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

§ 1º Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal.

§ 2º O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.

Art 5º O direito previsto nesta Lei deverá ser expresso no edital do concurso, que estabelecerá prazo para que a mãe manifeste seu interesse em exercê-lo.

Art 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



JUSTIFICATIVA

Inspirada na lei municipal 10.566, aprovada em Goiânia/GO que estabelece normas gerais sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos, a presente proposta visa garantir direitos às lactantes nos concursos públicos.

O projeto está consolidando os direitos constitucionais das crianças, bem como das mulheres, previstos nos arts. 4º e 7º, XX da Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tal demanda é um importante avanço social para garantir o direito das mulheres que realizam concurso público ao assegurar a amamentação durante a prova e a compensação do tempo despendido na amamentação durante a realização da prova.

Em vista da relevância da matéria social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

PROFESSOR JÚNIOR GEO

DEPUTADO ESTADUAL



Início

Anexada

Assunto

Autoria

Despacho Inicial

Documento Acessório

Legislação Citada

Numeração

Tramitação

Relatoria

Projeto de Lei da Casa nº 741 de 2022

Fazer Nova Pesquisa

Etiqueta

Identificação Básica

Tipo de Matéria Legislativa

Projeto de Lei da Casa

Ano

2022

Número

741

Data de Apresentação

18/10/2022

Número do Protocolo

1535

Tipo de Apresentação

Texto Original

pl -

[direito das maes amamentarem seus filhos de ate 06 seis meses de idade durante a realizacao de concursos publicos na administracao publica direta e indireta no](#)

Numeração

Outras Informações

Apelido

Dias Prazo

Matéria Polêmica?

Não

Objeto

Regime Tramitação

Normal

Em Tramitação?

Não

Data Fim Prazo

Data de Publicação

É Complementar?

Não

Origem Externa

Tipo

Número

Ano

Local de Origem

Data

Dados Textuais

Ementa

Dispõe sobre o direito das mães amamentarem seus filhos de até 06 (seis) meses de idade durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta no Estado do Tocantins.

Indexação

Observação



Desenvolvido pelo [Interlegis](#) em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC2



Conteúdo e dados sob licença [Creative Commons](#) 4.0
[Atribuir Fonte – Compartilhar Igual](#)

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Palácio Deputado João D'Abreu S/N
CEP: 77001-902 | Telefone: (63) 3212-5000
[Site](#) | [Fale Conosco](#)